



ENTRE COLUNAS

BIBLIOTECA DIGITAL
DE PESQUISAS MAÇÔNICAS



*A MAÇÔNICA
QUESTÃO DINÁSTICA
BRASILEIRA*

Márson Alquati

A MAÇÔNICA QUESTÃO DINÁSTICA BRASILEIRA

© 2019 by Márson Alquati.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.

Autorizo a reprodução e divulgação total e/ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

G002c15

Alquati, Márson, 1972 –

A Maçonica Questão Dinástica Brasileira. Márson Alquati – 2019. – Nova Roma do Sul, RS – Entre Colunas: Biblioteca Digital de Pesquisas Maçônicas: História da Maçonaria/A Maçonica História do Brasil.

13 páginas.

1. Maçonaria. 2. História do Brasil. 3. Sociedades Secretas. 4. Questão Dinástica.

G002c15

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Como citar este documento:

ALQUATI, Márson. *A Maçonica Questão Dinástica Brasileira*. In: História da Maçonaria: A Maçonica História do Brasil. Nova Roma do Sul, RS: Entre Colunas Biblioteca Digital de Pesquisas Maçônicas, 2019. Disponível em: <https://marsonalquati.wixsite.com/entrecolunas>. Acessado em: __/__/____.

Acesse outros trabalhos do autor:

<https://marsonalquati.wixsite.com/entrecolunas>

SUMÁRIO

I – A MAÇÔNICA QUESTÃO DINÁSTICA BRASILEIRA	04
II – A MAÇONARIA CONTRA O ADVENTO DO TERCEIRO REINADO	05
III – ANEXOS	11
a. Anexo 01: Manifesto Contra o Terceiro Reinado	11
IV – BIBLIOGRAFIA	13



ENTRE COLUNAS

BIBLIOTECA DIGITAL
DE PESQUISAS MAÇÔNICAS



A MAÇÔNICA QUESTÃO DINÁSTICA BRASILEIRA

A “Questão Militar” foi promovida por vários desentendimentos ocorridos entre o Exército e a Monarquia depois da Guerra do Paraguai, dando origem à “Questão Dinástica”, surgida pelo receio de que, pela morte do Imperador, o trono fosse ocupado pelo marido estrangeiro da Princesa Isabel, o Conde D’Eu.

A MAÇÔNICA QUESTÃO DINÁSTICA BRASILEIRA

Os republicanos e maçons acusavam a Princesa, profundamente religiosa e conservadora, como sendo mais fiel às orientações da Igreja do que aos interesses dos brasileiros. E também de ser excessivamente submissa ao marido.

Na imprensa, pregava-se que na eventualidade da morte do Imperador Pedro II, seria o Conde D'Eu o verdadeiro soberano brasileiro. Neste caso, o país voltaria a ser governado por um príncipe estrangeiro, o que seria totalmente inaceitável.

A MAÇONARIA CONTRA O ADVENTO DO TERCEIRO REINADO



A 21 de fevereiro de 1887, em reunião da Loja “Vigilância e Fé”, de São Borja, na Província do Rio Grande do Sul, era aprovada a proposta do Irmão Aparício Mariense da Silva, encaminhada depois a todas as Lojas do Brasil, no sentido de que fosse evitada a implantação do Terceiro Reinado¹.

¹ CASTELLANI (2001, p.41).

A MAÇÔNICA QUESTÃO DINÁSTICA BRASILEIRA

A proposta em questão foi submetida à discussão nos seguintes termos²:

“A Maçonaria que se levante, opondo-se firmemente, no caso fatal da morte do Imperador, à sucessão de Isabel. Que evite por todos os meios honrosos, embora violentos, a coroação da princesa. O povo que se governe e a Maçonaria que intervenha para a fundação de um governo livre e moralizado”.

O quadro se agravou ainda mais, quando, vítima de febre palustre e diabetes, D. Pedro II embarcou para a Europa em 30 de junho de 1887, a fim de tratar-se, onde permaneceria por um ano e dois meses, até agosto de 1888, enquanto a Princesa Isabel assumia a regência do Brasil pela terceira vez.

De acordo com José Castellani³:

“Em 1887, ocorreria o fato que colocaria o maçom e abolicionista Antônio da Silva Jardim em franca campanha pela queda do regime monárquico: a 31 de outubro, diante das notícias de que o Imperador D. Pedro II sofria de mal incurável, o vereador Aparício Mariense da Silva, maçom da Loja Vigilância e Fé, de São Borja (RS), propunha à Câmara Municipal daquela cidade, a aprovação de uma moção⁴, em que sugeria plebiscito nacional para decidir da inconveniência da sucessão, no trono brasileiro, de uma senhora obcecada por uma educação jesuítica e casada com um príncipe estrangeiro”.

A moção, com a substituição da palavra “jesuítica” por “religiosa”, foi aprovada em janeiro de 1888, o que fez com que o chefe do Gabinete Ministerial, Barão de Cotegipe, dissolvesse a Câmara de São Borja. Diante disso, Silva Jardim resolveu promover um comício, em desagravo e solidariedade aos vereadores de São Borja, absolutamente por sua conta e risco, já que Rangel Pestana, chefe do Partido Republicano, afirmara que o partido não poderia arcar com as consequências desse ato.

² GOMES (2015, p.232).

³ CASTELLANI (1998, p.94).

⁴ Ver “ANEXO 01: Manifesto contra o 3º Reinado”.

A MAÇÔNICA QUESTÃO DINÁSTICA BRASILEIRA

O comício foi realizado a 28 de janeiro de 1888, no Teatro Guarany, em Santos, perante duas mil pessoas, e repercutiu em todo o país, transformando Silva Jardim em figura nacional e um dos esteios não só do movimento republicano, mas também do abolicionista.

O autor da iniciativa, Aparício Mariense da Silva era, além de maçom, fazendeiro e vereador. Na política local estava ligado aos também maçons Manuel do Nascimento Vargas – pai do menino Getúlio Dornelles Vargas, na época com 04 anos de idade – e Júlio de Castilhos – chefe republicano.

Já Laurentino Gomes⁵ descreve o momento da seguinte forma:

“E em 13 de janeiro de 1888, depois de passar pelo crivo dos membros da Loja Maçônica Vigilância e Fé, a Câmara Municipal da cidade de São Borja, no Rio Grande do Sul, aprovou o requerimento que propunha que, no caso de falecimento do Imperador D. Pedro II, os brasileiros fossem consultados a respeito da oportunidade ou não de um terceiro reinado. Segundo o texto do documento caberia ao país decidir, ‘por meio de um plebiscito, se convém a sucessão no trono brasileiro de uma senhora obcecada por uma educação religiosa e casada com um príncipe estrangeiro’. Tratava-se de ação orquestrada por uma parte da Maçonaria brasileira contra a Princesa Isabel, herdeira da coroa, e seu marido, o francês Gastão de Orleans, Conde d’Eu”.

Depois de aprovada, a proposta foi enviada a diversas outras entidades maçônicas brasileiras, onde pontificavam alguns nomes importantes do movimento republicano, como os futuros presidentes Campos Salles e Prudente de Moraes, Quintino Bocaiúva, Benjamin Constant, Rangel Pestana, Francisco Glicério, Américo Brasiliense, Ubaldino do Amaral, Aristides Lobo, Bernardino de Campos e Lauro Sodré.

⁵ GOMES (2015, p.231-232).

A MAÇÔNICA QUESTÃO DINÁSTICA BRASILEIRA

Dividido entre monarquistas e republicanos, o “Grande Oriente do Brasil”, órgão máximo da Maçonaria no Rio de Janeiro, se absteve de tomar uma decisão oficial, o que não impediu que representantes regionais aderissem de imediato à proposta dos gaúchos.

Esse também foi o caso das Lojas paulistas “Independência e Regeneração III”, de Campinas e a “Estrela D’Oeste”, de Ribeirão Preto que aprovaram moções semelhantes em junho de 1888⁶.

O que confirma José Castellani⁷:

“Da Província de São Paulo, partiria outra iniciativa maçônica nesse sentido, através das Lojas Independência e Regeneração III, de Campinas, e Estrela d’Oeste, de Ribeirão Preto, as quais, a 20 de junho de 1888, enviavam prancha a todas as demais Lojas, solicitando o apoio para uma conspiração que impedisse o advento do Terceiro Reinado”.

Apesar da mobilização das Lojas Maçônicas, a decisão da Câmara de São Borja poderia ter caído no vazio se não fosse a reação precipitada do presidente interino da Província do Rio Grande do Sul, o advogado Joaquim Jacinto de Mendonça, conservador, monarquista, inimigo declarado da Maçonaria e adversário do grupo de Manuel Vargas e Aparício Mariense da Silva.

Mendonça determinou o afastamento dos vereadores dos seus cargos e que fossem processados.

Foi o que bastou para que a Maçonaria brasileira se unisse e se levantasse num clamor nacional em solidariedade aos maçons gaúchos. Jornais e panfletos de todo o país, de repente passaram a repercutir o assunto e a atacar o Governo Imperial⁸.

⁶ GOMES (2015, p.232).

⁷ CASTELLANI (2001, p.41).

⁸ GOMES (2015, p.233).

A MAÇÔNICA QUESTÃO DINÁSTICA BRASILEIRA

Em Santos, litoral paulista, o advogado Antônio da Silva Jardim, igualmente membro da Maçonaria, promoveu uma grande manifestação pública que marcaria o início de sua épica campanha republicana nas demais regiões⁹.

A partir daí, por influência da Maçonaria, diversas Câmaras Municipais aprovaram requerimento de igual teor no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Curiosamente o processo contra os vereadores de São Borja não prosperou na Justiça, onde promotores e juízes ligados à Maçonaria se encarregaram de sustar seu andamento¹⁰.

E quando o Imperador D. Pedro II finalmente retornou para o Brasil, em agosto de 1888, sua aparência era de um homem combalido e sem condições de conduzir os rumos da nação.

O seu biógrafo oficial Heitor Lyra¹¹ descreveu o seu estado como:

“ [...] aos 62 anos, dava a impressão de um homem velho de corpo e de espírito, com a aparência de um ancião, barba e cabelos embranquecidos, andar pesado e arrastado – o todo num ar de homem cansado”.

E então, apesar de todas as moções contrárias passou novamente a correr o rumor de uma possível abdicação em favor da Princesa Isabel, o que, por sua vez, só fez aumentar ainda mais a resistência, por parte dos republicanos e maçons contra o terceiro reinado.

Mas na realidade, os tempos tinham chegado para a implantação da República no Brasil; e todos estes fatos não foram mais do que simples pretextos¹².

Além disso, a Princesa e a Maçonaria já estavam em rota de colisão desde a “Questão Religiosa” ocorrida entre 1872 e 1875.

⁹ FERNANDES (2005, p.42-45).

¹⁰ LYRA (1977, p.42).

¹¹ LYRA (1977, P.145).

¹² ASLAN (1997, p.107).

A MAÇÔNICA QUESTÃO DINÁSTICA BRASILEIRA

Pois, na condição de Católica fervorosa, a Princesa tomou as dores dos bispos condenados, os quais acabaram sendo anistiados em 1875 mediante um acordo diplomático previamente negociado com o Vaticano e intermediado por ela. Maçons e republicanos, porém, nunca se conformaram com o desfecho do caso e menos ainda com o papel desempenhado pela herdeira do trono, à cuja influência foi atribuída a referida concessão de anistia.

A vingança viria duas décadas e meia mais tarde, em 1889¹³.

Desvende mais sobre a “*Maçônica História do Brasil*” nos nossos próximos trabalhos...



Acesse outros trabalhos do autor:

<https://marsonalquati.wixsite.com/entrecolunas>

¹³ GOMES (2015, 237-238).

ANEXO 01 – MANIFESTO CONTRA O TERCEIRO REINADO

Documento enviado em 20 de junho de 1888 pelas Lojas “Regeneração III” e “Independência” de Campinas (SP) para todas as demais Lojas da Nação, solicitando apoio para uma conspiração contra uma possível instalação do Terceiro Reinado sob a pessoa da Princesa Isabel e de seu marido estrangeiro, o Conde D’Eu.

À Gl. do Gr. Arch. do Un.

À Aug. e Resp. Loj. [nome da Loja]

Sessão das Lojas “Independência” e “Regeneração III” em Campinas, província de São Paulo, em 20 de Junho de 1888 E.V.

Estas Augustas Lojas, no exercício pleno dos direitos mais antigos da nossa Sublime Ordem, vem solicitar o concurso e a cooperação dessa Augusta Loja para uma representação ao Sapientíssimo Grande Oriente no sentido que passam a expor:

Em sessão plena, realizada em comum, no dia 15 do corrente, foi discutida e aprovada a proposta seguinte:

1. Propomos que esta Augusta Loja inspirando-se no santo amor da Pátria, pronuncie-se com leal franqueza contra a próxima instalação do 3º Reinado, pelo previsto ainda que lamentável falecimento do Sr. D. Pedro II.

2. A Senhora Princesa Regente, futura Imperatriz do Brasil, é notoriamente católica, fanática e seus espírito, fraco, todos sabem que é dirigido pelos padres romanos.

3. O Príncipe Consorte, Sr. Conde D’Eu, é homem avarento, educado na fatal escola do direito divino e do predomínio militar.

4. É claro, portanto, que a futura Imperatriz, ou seja, pela influência dos seus confesores, ou pela influência do seu esposo, presidirá a mais intransigente perseguição à Maçonaria do Brasil.

Em tal conjuntura, é dever intelectual da nossa Ordem, colocar-se ao lado da Pátria e conspirar resolutamente contra o 3º /reinado. Assim, propomos:

1. Que esta Augusta Loja se pronuncie no sentido supra referido, dirija a todas as Lojas do Círculo, pranchas, convidando-as a pronunciarem-se sobre o mesmo assunto.

2. Que uma especial representação seja dirigida ao Grande Oriente do Brasil, solicitando o seu pronunciamento em relação à matéria desta proposta.

Ao Sapientíssimo Grande Oriente foi remetida a Representação de que fala a proposta, invocando a sua confraternização neste empreendimento sério, mas iniludível para a Maçonaria Brasileira.

As Lojas que esta vos dirigem aguardam a vossa deliberação, e rogam-vos o favor de comunicardes qual a deliberação que tomardes acerca do assunto da proposta e do que for deliberado.

O Supremo Arquitecto do Universo vos ilumine e guarde.

Os Veneráveis:

Francisco Glicério - Grau 33.

Cezar Augusto Tavares Santiago - Grau 33.

A MAÇÔNICA QUESTÃO DINÁSTICA BRASILEIRA

Os 1º Vigilantes;
Bento Guirino dos Santos – Grau 33.
Luiz Battelli – Grau 18.

Os 2º Vigilantes:
Antônio B. de Cerqueira Leite – Grau 18.
Jayme Bonas – Grau 30.

Os Oradores:
Dr. Antenor Augusto Ribeiro Guimarães – Grau 33.
Paulino Moniz – Grau 18.

Os Secretários:
Joaquim Ignácio de Oliveira Leite – Grau 17.
Vicente Leite de Camargo – Grau 3

BIBLIOGRAFIA

ASLAN, Nicola. ***História Geral da Maçonaria***. Londrina, PR: A Trolha, 1998.

ASLAN, Nicola. ***Uma Radioscopia da Maçonaria***. Londrina, PR: A Trolha, 1997. CASTELLANI, José. ***Os Maçons e a Abolição da Escravatura***. Londrina, PR: A Trolha, 1998.

CASTELLANI, José. ***A Maçonaria Brasileira na Década da Abolição e da República***. Londrina, PR: A Trolha, 2001.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. ***Um Radical a Ferro e Fogo***. Rio de Janeiro, RJ: Revista de História da Biblioteca Nacional, nº 5, novembro de 2005.

GOMES, Manoel. ***A Maçonaria na História do Brasil***. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1975.

GOMES, Laurentino. ***1889: Como Um Imperador Cansado, Um Marechal Vaidoso e um Professor Injustiçado Contribuíram para o Fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil***. 1ª Edição – 6ª reimpressão. São Paulo, SP: Ed. Globo S.A., 2015.

LYRA, Heitor. ***História de Dom Pedro II – 1825-1891 – vol. III: Declínio – 1880-1891***. São Paulo, SP: Edusp, 1977.